

Comentário sobre o editorial “Sobre a importância das publicações para a conservação do Património”

Comment on the editorial “On the importance of publishing in Heritage conservation”

Miguel Lourenço

Conservador-restaurador independente, Lisboa, Portugal
mjll@campus.fct.unl.pt

Ao ler o editorial “Sobre a importância das publicações para a conservação do Património” [1] ocorreu-me comentar o texto apresentado, principalmente sobre a questão suscitada de que, no sector da conservação do património em Portugal, a prática da escrita de publicações de natureza académica e científica ainda não se afirmou verdadeiramente como um espaço privilegiado de partilha de informação por parte dos profissionais da área. No artigo associa-se a escassez de publicação a uma valorização da transmissão oral em detrimento da escrita, e a marcas e hábitos do ensino tradicional com base num modelo artístico, que se consideram ainda muito fortes em países como Portugal. Estas reflexões surgiram na sequência da escassa submissão de artigos por parte dos participantes da conferência internacional *Património Cultural: Prevenção, Resposta e Recuperação de Desastres* que se realizou na Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa, em finais de 2016.

Começo por dizer que concordo com os argumentos referentes à importância das publicações de conservação e restauro (CR) que partilhem informação fidedigna, o que, habitualmente, significa publicações de base científica sujeitas a revisão por pares. Não tenho dúvidas em apontar essa como uma das melhores formas de partilhar conhecimento, quer seja nesta ou noutras disciplinas, e será consensual admitir que foi incrementada pela cientificação e academização da CR. E

o benefício da escrita científica tem dois sentidos: quem procura tem acesso a boa informação para a tomada de decisões profissionais assertivas, etc., e que, afinal, a todos beneficia; quem escreve partilha informação com a comunidade, possibilita a obtenção de *feedback* e a discussão, e divulga as suas competências (para mim esta será uma das formas mais eficazes de demonstração do percurso profissional). A escrita de artigos ainda proporciona outros factores positivos de “auto-aprendizagem”, tais como coligir e organizar informação e estruturar ideias, processos que implicam uma atitude de maior rigor e que muitas vezes têm de ser estabelecidos logo no início de um projecto de CR.

Todavia, em relação aos factores que contribuem para a fraca publicação de artigos sobre conservação do património em Portugal, penso que existem outros pontos de reflexão, que apresento seguidamente. Tenho dúvidas que os factos apontados no editorial indiquem que este problema advém sobretudo das dificuldades de percepção do valor das publicações por parte dos conservadores-restauradores e duma suposta valorização da transmissão oral em detrimento da escrita.

Em termos genéricos a comunicação oral terá uma maior preponderância que a escrita, na medida em que, em princípio, a primeira é mais fácil e imediata que a segunda. Mas, quando se pretende comunicar com um maior número de interlocutores, a escrita já se torna mais vantajosa (tal como noutras formas de expressão



que envolvem um registo mais “perene”). Com as redes sociais digitais de hoje a escrita até tem um peso crescente, se bem que numa forma menos cuidada e ponderada, geralmente mais próxima da oralidade. Há também outras vias de comunicação que vão para além da oralidade e da escrita, e que nos dias de hoje estão sobretudo associadas a formatos digitais na internet, designadamente os conteúdos audiovisuais e as bases de dados. As conferências e workshops, por exemplo, são importantes na transmissão do conhecimento e privilegiam, por princípio, a oralidade e um contacto mais directo entre pessoas, mas também o contacto com materiais, equipamentos, etc. E, tal como no caso da escrita de artigos, é importante a questão da qualidade da informação e da “idoneidade” dos autores. Há também que considerar a importância destes eventos na criação de redes de sociabilidade, promoção de contactos e oportunidades profissionais. Por outro lado, nem sempre está prevista a publicação de actas com artigos correspondentes às comunicações, o que desde logo pode estar relacionado com limitações orçamentais e logísticas por parte das organizações, com o contexto e originalidade do tema da conferência e respectivas comunicações, etc. Deste modo a escrita pode não ser vista como importante nas conferências, pelo menos para a maioria dos participantes, e isso não significa simplesmente que haja uma sobrevalorização da oralidade, quer seja na CR ou noutras áreas profissionais.

Os profissionais de CR que conheço têm na sua maioria formação superior e foram sujeitos a uma aprendizagem de base académica e científica. Então, se a aprendizagem foi feita nesse “ambiente”, porque não há mais participação na divulgação e escrita científica, tal como se poderia esperar? Será mesmo que os conservadores-restauradores preferem a oralidade em relação à escrita? Se se acha que sim, que efectivamente existe esta dicotomia, e que há uma tendência para um dos lados, porque será? E no contexto da referida conferência, qual é o perfil profissional dos participantes das apresentações – desenvolvem efectivamente actividade de CR ou estão mais ligados aos estudos científicos da conservação na academia?

Em geral, noto que no meio profissional da CR de formação superior se consideram importantes e complementares a oralidade e a escrita. Neste aspecto não identifico muitas diferenças quando comparo com outras áreas profissionais de base científica e que englobam “aplicações práticas da ciência” – muitos não são participantes activos em relação à escrita de artigos. Por outro lado, o público-alvo das publicações científicas também não será o grupo de intervenientes oriundos do ensino “tradicional”. Outros factores podem ajudar a perceber o porquê da escassa participação por parte daqueles que, potencialmente, têm mais interesse neste tipo publicações, i.e., profissionais de CR com formação superior (de que aliás os sócios da ARP são exemplo).

Tanto quanto me apercebo, uma parte importante da explicação poderá estar relacionada com uma questão de conjuntura, que desde logo engloba uma comunidade de intervenientes para além dos conservadores-restauradores. É possível que a escrita de artigos não se tenha afirmado verdadeiramente como um espaço privilegiado de partilha de informação, e que não faça parte da “atitude profissional” da maioria dos conservadores-restauradores. Talvez porque não seja suficientemente valorizada profissionalmente, institucionalmente, socialmente e, claro, monetariamente. Ocorre-me uma excepção a este panorama – os projectos de CR desenvolvidos em contexto académico. Uma vez mais acho que esta situação não acontece apenas na área da CR. Penso que este facto resulta em certa medida da adaptação ao meio da CR existente. Não será apenas porque privilegiam a oralidade e a prática manual em relação à escrita e à ciência, ao contrário do que lhes foi ensinado na sua formação académica. Nem tudo mudou tanto e acompanhou as evoluções (positivas) que culminaram no sistema actual de ensino da CR, mais científico. As marcas e os hábitos do ensino “tradicional”, com base num modelo artístico, podem ainda ter algum peso, mas julgo que isso não é demonstrado pelas práticas profissionais de CR dos dias de hoje (ou melhor, pela escassa escrita de artigos). Essa “marca do passado”, a continuar a ser importante, talvez tenha mais peso nas práticas de outros intervenientes que influenciam o rumo da preservação do património, quer a nível individual quer a nível institucional. A ser assim, significa que continua a existir um problema de desfazamento e desactualização sobre o que deveria ser o meio da CR.

Parece-me que quem participa significativamente na escrita e na divulgação científica da CR são sobretudo intervenientes ligados ao meio académico, mesmo que provisoriamente (alunos, bolseiros, professores). Alguns nem exercem propriamente CR na prática mas sim uma actividade mais relacionada com a teoria e as ciências da conservação. A valorização das publicações por quem está mais ligado à academia será fácil de explicar – faz parte do *modus operandi* do meio e praticamente todos aceitam e partilham essas convenções; os envolvidos, tanto pessoas como instituições, são pagos para isso, para produzir, publicar e divulgar conhecimento científico; todos os envolvidos são avaliados por isso. Fora do meio académico não acontece assim.

Na actividade profissional privada e mesmo nas instituições públicas ligadas ao património, o factor da produção e divulgação de conhecimento de carácter científico – sujeito a avaliação fora da sua esfera de controlo – continua a não ser entendido como uma actividade relevante na demonstração de competências. Há excepções, claro, mas não acho que sejam a regra.

Outras explicações podem ser:

- os profissionais ligados à CR do património público (não apenas os funcionários públicos e instituições públicas) não têm habitualmente a

escrita de artigos incluída nas suas tarefas. Não faz parte da sua actividade e isso geralmente não é tido em conta na avaliação do seu trabalho. Na maioria das vezes o que acontece é uma mera participação em eventos de divulgação para mostrar um pouco do que se está a fazer. E isso parece ser suficiente para a maioria das pessoas directamente envolvidas;

- na selecção dos profissionais para desempenhar funções de CR (temporariamente ou não) a escrita de artigos também não parece significar muito. Em teoria até poderá ter algum peso, quando apenas se avalia pelos anúncios de ofertas de trabalho e emprego. Só que, efectivamente, a regulamentação da actividade dos jurís, designadamente no sector público, permite um elevado nível de discricionariedade que, pelos vários exemplos que conheço, torna esta prática pouco valorizada. No meio académico a situação é oposta a esta – a escrita de artigos será das actividades mais importantes na avaliação. Pessoalmente, reconheci a valorização profissional da escrita de artigos sobretudo em projectos e ofertas de trabalho em contexto internacional, quando há claramente uma maior exposição de todos os intervenientes envolvidos em relação à selecção de equipas, mas também na apresentação subsequente de resultados. Isso acontece porque o meio assim o exige e, claro, os profissionais, de alguma forma, têm de se adaptar. Neste âmbito, uma das vantagens dos artigos será a maior facilidade de verificação de participação em projectos, reconhecimento de bons procedimentos, a tal publicidade de “boas práticas”, situação muito diferente de uma descrição breve no Curriculum Vitae ou de uma referência em carta de recomendação;
- quanto à divulgação de práticas de CR e do património que foi sujeito a intervenção – esta é muitas vezes uma questão sensível para as instituições e os seus responsáveis, que por vezes vêm a exposição pública como problemática, não incentivando e autorizando a divulgação de dados e imagens. Isso porque existe a eventualidade de pôr em evidência procedimentos menos correctos e situações que não estão dentro das normas e boas práticas. Deste modo, acho que não são apenas as questões das práticas tradicionais de ensino no atelier e reputação pessoal que assentam em segredos e confidencialidade. No caso do património privado esta questão continua a ser relevante – pode ser difícil obter autorização para divulgar dados sobre estas obras e trabalhos;
- em relação ao meio profissional existente em Portugal, a ARP apresentou em 2015 num encontro no Museu da Farmácia em Lisboa os resultados de um inquérito sobre a situação profissional da área. Lembro-me de ter sido divulgada informação relativa aos vencimentos,

vínculos laborais e ao abandono da profissão. Os números não eram optimistas. Mais uma vez penso que este factor contribui decisivamente para a falta de participação nesta matéria – as situações profissionais são pouco dignificantes e os vencimentos já são tão baixos, mesmo para uma mera execução dos trabalhos de CR, que não será de estranhar que não se inclua a escrita de artigos como mais uma tarefa a desempenhar. E este tipo de escrita requer, evidentemente, tempo e empenho intelectual. Ainda assim há exigências profissionais em relação à escrita na CR – as propostas de intervenção e os relatórios finais. É a tal “literatura cinzenta”, que não tem muita standardização em termos de forma e conteúdo, não é sujeita a grande avaliação de qualidade, mas que continuará a ser importante para se saber e estudar o que acontece nesta área profissional. Será sempre uma “fonte primária” de informação para a escrita de artigos e está muito sujeita a dispersão e risco de perda.

Acho que a explicação para a falta de interesse em publicações de CR, e para a raridade de publicações sobre intervenções desenvolvidas em contextos extra-académicos, não se explica tanto pela ênfase noutras prioridades de carácter mais prático, em que parece estar subjacente uma valorização das práticas manuais e da oralidade (que também são importantes na profissão). Tanto quanto me apercebo, os conservadores-restauradores em Portugal formados nos últimos anos, muitos com curso superior, reconhecem o valor das publicações de base científica (a revista CP até é promovida pela ARP!). Acho que não se publica mais porque o meio extra-académico envolvente à profissão não promove e valoriza suficientemente, de forma pragmática e efectiva, a escrita e a divulgação científica dos trabalhos e projectos de CR. Continuará a ser fundamental a publicação de trabalhos de reconhecida qualidade científica, principalmente para disseminar conhecimento que pode ser usado em benefício do Património e não apenas em proveito próprio. Neste comentário procurei enunciar outras marcas e hábitos que julgo importantes para explicar a fraca publicação de artigos científicos de CR, que não dependem só da visão e vontade dos profissionais de CR em relação a esta prática. A “construção continuada de um corpus de conhecimento nos diversos domínios da disciplina e o desenvolvimento de uma “taxonomia moral” na profissão” não terão grande impacto se dependerem só da valorização conferida pelos próprios conservadores-restauradores. A progressão da CR não depende só dos conservadores-restauradores, nem são eles os únicos que têm de melhorar. Será sempre uma responsabilidade partilhada por todos os intervenientes nesta área profissional e pela sociedade no seu todo, tal como está explícito nas cartas e convenções de salvaguarda do Património Cultural, assinadas pelo Estado Português.

- 1 Cruz, A. J.; Revez, M. J.; Figueira, F., 'Sobre a importância das publicações para a conservação do Património', *Conservar Património* **25** (2017) 7-10, <https://doi.org/10.14568/cp25fm2>.

Recebido: 2017-11-3

Aceite: 2017-11-4

Online: 2017-11-4



Licenciado sob uma Licença Creative Commons
Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.
Para ver uma cópia desta licença, visite
<http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/deed.pt>.